

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Vagas abertas nas agências](#)..... 2

Folha de S. Paulo

[Título: Decisão judicial resolverá dívida bilionária, diz CCEE](#) 8

Valor Econômico

[Título: Governo briga contra o tempo para aprovar ações no setor elétrico](#) 11

[Título: Novo marco legal traz solução para risco hidrológico](#) 14

[Título: Dois cenários para a troca do ministro](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Vagas abertas nas agências..... 2

Título: Trump estuda tarifa à importação de aço 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo6

Título: Agência de Energia projeta alta na produção de petróleo no País..... 6

Título: Usina a carvão busca crédito na China 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo8

Título: Decisão judicial resolverá dívida bilionária, diz CCEE 8

Título: Trump considera impor tarifas à importação de aço e alumínio..... 10

VEÍCULO: Valor Econômico11

Título: Governo briga contra o tempo para aprovar ações no setor elétrico	11
Título: Novo marco legal traz solução para risco hidrológico	14
Título: Dois cenários para a troca do ministro	15
Título: Aneel inicia ano com apenas três diretores e a pauta cheia	16
Título: Odebrecht busca fôlego de até R\$ 3,5 bilhões para enfrentar 2018.....	18
Título: Há estudo para futura venda de ações de Braskem	20
Título: Destaques	21
Título: Após anos de crise, siderurgia pode iniciar novo ciclo	21
Título: Nippon Steel quer aumento da lucratividade na Usiminas	24
Título: Curta.....	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura / Geralda Doca

Título: Vagas abertas nas agências

Partidos disputam 16 postos de direção e até presidência em 11 órgãos reguladores.

Em ano eleitoral, com obstáculos legais à liberação de verbas e de olho na montagem de alianças e no atendimento aos caciques partidários, as agências reguladoras são “minas” na palheta de negociações do Palácio do Planalto. Serão abertas 16 vagas de diretores em oito dos 11 órgãos reguladores. Nessa conta, estão seis vagas para presidentes, posto considerado fundamental na definição da agenda e da pauta regulatória. Criadas por leis específicas, as agências são responsáveis por controlar a qualidade dos serviços prestados à população nos seus segmentos de atuação, como energia elétrica, telecomunicações, petróleo, recursos hídricos, rodovias, ferrovias e aeroportos. Elas também definem regras para exploração da atividade por parte do setor privado, participam da elaboração de editais de licitação, firmam e fiscalizam contratos em setores que representam quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Os diretores desses órgãos são nomeados pelo presidente da República, sabatinados e precisam ter a indicação aprovada pelo Senado.

Os mandatos de diretor são fixos, podendo ser reconduzidos uma vez, e só saem do cargo mediante renúncia ou condenação judicial. A administração federal tem hoje 11 agências reguladoras. Num momento em que o governo

terá de negociar com o Congresso a privatização da Eletrobras — item prioritário da pauta econômica em 2018, bem como pretende mudar a regulamentação do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá sua composição totalmente alterada. Serão três vagas abertas em agosto, incluindo a de diretor-geral. Uma cadeira no colegiado já está vaga, e a outra teve indicação do presidente Michel Temer enviada ao Senado no fim de 2017.

SETOR PRIVADO QUER INDICAÇÃO PARA ANEEL

O diretor-geral Romeu Donizete Rufino termina seu mandato em 13 de agosto. Ele está na Aneel desde 2006, como diretor, e desde maio de 2013 como diretor-geral. Conhecido por ter sempre forte influência no setor elétrico, o PMDB trabalha para indicar o novo chefe da autarquia. O nome com mais força, neste momento, é o de André Pepitone — ligado à legenda. Diretor da Aneel desde 2010 e em seu segundo mandato, Pepitone pode ser indicado como presidente da agência. O mandato atual dele acaba em agosto. Quem também termina o mandato em agosto na Aneel é o diretor Tiago Correia, que não pode ser reconduzido. Além disso, já está vaga a cadeira deixada por Reive Barros dos Santos, que foi diretor até o mês passado.

E o presidente Michel Temer indicou no fim de 2017 o nome de Rodrigo Limp para a diretoria do órgão. Consultor legislativo, Limp é próximo a integrantes do DEM. Com tanta vaga aberta e diante da disputa política por trás dessas indicações, empresas privadas se movimentaram para indicar Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para uma das vagas. Delgado é engenheiro eletricista e já trabalhou na Light. Além de recompor a diretoria colegiada da Aneel, o governo terá um órgão inteiro para completar, a Agência Nacional de Mineração (ANM), criada por lei recente. São cinco vagas de diretor disponíveis depois que o presidente editar um decreto para colocar o órgão regulador para funcionar.

Será mais uma agência vinculada ao **Ministério de Minas e Energia** — que também tem sob seu guarda-chuva a Aneel e a Agência Nacional de Petróleo (ANP). A ANM assume as funções e atividades atuais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) — considerado arcaico pelo próprio governo. O Executivo quer proporcionar mais agilidade e mais eficácia nas decisões que orientam o mercado de mineração. A agência vai promover a gestão dos recursos minerais da União e a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais. Também na área de infraestrutura, o mandato-tampão de Juarez Quadros como presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) termina em novembro. Próximo ao ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, Quadros assumiu o cargo em outubro de 2016 para completar o mandato do ex-presidente da agência João Rezende, que renunciou. Ele pode ser reconduzido. (...)

ESCOLHAS SERÃO CONDUZIDAS PELO PRESIDENTE

Enquanto são alvos de disputas políticas e loteamento partidário, está parada na Câmara uma proposta de Lei Geral das Agências Reguladoras, que já foi aprovada no Senado, há mais de um ano. O projeto unifica a gestão e consolida regras para atuação das 11 entidades federais. Define critérios para a indicação da diretoria de forma a reduzir a interferência política e fixa mandato de cinco anos, sem previsão de recondução, entre outras previsões. O projeto traz mais autonomia administrativa e financeira às agências, mas transfere totalmente ao Executivo a execução de políticas públicas.

Em relação a itens como governança e transparência, a proposta busca impor princípios similares à Lei das Estatais, que entrou em vigor em junho de 2016 e veda, por exemplo, que ministros de Estado e ocupantes de cargos em partidos e sindicatos façam parte da diretoria e dos conselhos de administração das empresas públicas. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, disse que, diferentemente das indicações para ministros de Estado, que são de caráter político, as escolhas para cargos nas agências reguladoras serão conduzidas pelo presidente Temer, de olho na questão técnica. — O presidente vai acompanhar a questão técnica, até porque os diretores precisam ser sabatinados pela Senado.

A avaliação técnica será sobreposta também à avaliação política — disse o ministro ao GLOBO, ao ser indagado sobre critérios para indicação num momento em que o governo enfrenta dificuldades para empossar a deputada Cristiane Brasil (PTBRJ) no Ministério do Trabalho. Ele admitiu que é preciso melhorar o quadro legal das agências reguladoras porque elas são fundamentais para melhorar o ambiente de negócios no país. Investidores do setor de infraestrutura, que visam a ter retorno a longo prazo, criticam a instabilidade de regras no Brasil e, principalmente, o problema do loteamento político nas agências reguladoras.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Trump estuda tarifa à importação de aço**

Parlamentares veem risco de desemprego e guerra comercial com a China.

WASHINGTON - O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reuniu-se com legisladores na Casa Branca ontem para avaliar se impõe sanções comerciais ou eleva tarifas às importações de alumínio e aço. Estiveram no encontro senadores que representam os estados de Pensilvânia, Ohio e Michigan. Trump

se queixou de que as indústrias de aço e alumínio dos EUA estão sendo duramente afetadas pelo dumping (ação de colocar à venda um produto a preço inferior ao do valor justo para impedir a concorrência) e disse que está “considerando todas as opções”, o que poderia incluir tarifas aduaneiras às importações.

— Parte das opções é adotar tarifas. Eu quero manter os preços baixos, mas preciso ter certeza de que temos uma indústria siderúrgica — disse Trump no início da reunião com quatro senadores democratas e 15 republicanos. O presidente americano recebeu, no mês passado, dois relatórios do Departamento de Comércio sobre supostos subsídios chineses às exportações de aço e alumínio cujas conclusões não foram publicadas. O presidente dos Estados Unidos tem até a metade de abril para decidir sobre as ações que pretende tomar. Trump disse que “muitos países”, incluindo a China, estão “despejando” as importações de metais no mercado americano, prejudicando a produção doméstica.

Caso os Estados Unidos decidam, de fato, sobretaxar todas as importações de aço, a medida tem potencial para afetar a indústria brasileira. No ano passado, Trump instruiu o Departamento de Comércio a investigar se as importações de aço e alumínio representam uma ameaça para a segurança nacional dos Estados Unidos. O presidente se baseia na seção 232 da Lei de Expansão de Comércio, que é raramente utilizada. As investigações visam à China, principalmente. Os EUA culpam o país asiático por criar capacidade excedente e derrubar os preços no mercado internacional. No encontro, ele ameaçou ainda adotar sanções contra a China.

SEGURANÇA NACIONAL

No encontro, os próprios republicanos alertaram sobre as consequências de criação de novas tarifas. Eles destacaram o fato de que a China poderia retaliar os Estados Unidos e criar uma guerra comercial. — Invocar a segurança nacional é realmente difícil. Isso convida a uma retaliação — disse o senador republicano Pat Toomey, da Pensilvânia. O senador Mike Lee, um republicano do Utah, disse que apenas 3% do aço produzido no mercado interno são necessários para fins de segurança nacional, informação que poderia inviabilizar o argumento de Trump para proteger a indústria. O senador Lamar Alexander, republicano do Tennessee, lembrou que, quando George W. Bush, em 2002, elevou as tarifas, algumas montadoras deixaram o país, gerando desemprego.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mateus Fagundes e Gabriel Bueno Da Costa****Título: Agência de Energia projeta alta na produção de petróleo no País**

Para AIE, Brasil pode produzir este ano 2,89 milhões de barris por dia, com demanda de 3,15 milhões de barris/dia

A Agência Internacional de Energia (AIE) elevou a previsão para a produção e a demanda de petróleo no Brasil. Em seu relatório mensal, divulgado ontem, a agência diz que a demanda do Brasil por petróleo deve passar dos 3,09 milhões de barris por dia (bpd) no ano passado para 3,15 milhões de barris diários este ano. Já a produção do País deve subir de 2,74 milhões de barris por dia no ano passado para 2,89 milhões de barris diários em 2018. A AIE também elevou a estimativa de expansão da demanda global de petróleo este ano de 1,3 milhão de barris por dia para 1,4 milhão de barris, refletindo as expectativas de crescimento econômico mundial neste ano.

A expansão da demanda prevista para o ano de 2018, porém, é menor que a projetada para 2017, que teria sido de aumento de 1,6 milhão de barris diários. “Retardam o crescimento da demanda em 2018 os preços mais altos do petróleo, a diminuição da necessidade da China por energia e as transações de combustíveis em países não pertencentes à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os países mais ricos do mundo)”, avaliou a AIE. A agência ponderou, no entanto, que embora a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) esteja comprometida em reduzir a exploração do óleo, há sinais de aumento de oferta, especialmente vindos dos Estados Unidos.

“Todos os indicadores sugerem que um crescimento rápido continuado no Estados Unidos estão em perfeito alinhamento, como alta dos preços do barril do petróleo, aumento das perfurações e ampliação da produção nas áreas de xisto”, comentou a AIE, que projeta que o país possa ultrapassar a Rússia e a Arábia Saudita na extração de óleo. Onda. Para a AIE, os produtores de xisto dos Estados Unidos desfrutam de uma segunda onda de crescimento por causa da redução dos custos de exploração. “O aumento da produção fora da Opep, principal nos EUA, pode superar o crescimento da demanda global”, diz.

Durante o mês de janeiro, a oferta global de petróleo caiu para 97,7 milhão de barris por dia na comparação com o mês anterior. Mas, em relação a janeiro de 2017, houve um aumento de 1,5 milhão de bpd. De acordo com a AIE, a produção de petróleo dos 14 membros da Opep ficou inalterada em 32,16 milhões de bpd no mês passado. Em comentário sobre as perspectivas de

valores, a AIE afirmou que os fundamentos neste começo de 2018 dão “menos apoio aos preços”. Ao mesmo tempo, a agência vê que o mercado tem sido muito dinâmico e pode mudar nos próximos meses, dada a crise na Venezuela e o dinamismo da economia global. “Como resultado, os preços podem se manter níveis recentes, mesmo com o aumento da produção dos EUA.” /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Usina a carvão busca crédito na China

Com fechamento do crédito do BNDES para o segmento, Eletrobrás recorreu a banco chinês para financiar reforma da usina Candiota 3.

A geração de energia usando o carvão mineral como combustível no Brasil passou a ser bancada com dinheiro chinês. Sem o apoio do BNDES para financiar seus projetos, a Eletrobrás recorreu ao China Development Bank (CDB) para financiar a reforma de sua usina Candiota 3, no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, a empresas também fechou um contrato de R\$ 230 milhões, sem licitação, com a empresa chinesa Citic Guo Hua International, que fará a revisão geral da usina. Trata-se de um valor bem acima dos R\$ 130 milhões que a empresa havia estimado para o serviço dois anos atrás. O banco estatal CDB, que atua como uma espécie de BNDES chinês, passou a ser mais acionado desde outubro de 2016, quando o banco brasileiro de fomento mudou suas condições de financiamento à energia elétrica, dando prioridade às fontes alternativas, como a solar, e extinguiu o apoio a térmicas a carvão e a óleo.

O plano de renovação de Candiota 3, usina que tem 350 megawatts de potência, prevê que a planta fique paralisada por 90 dias. A reportagem questionou a Eletrobrás sobre a decisão de contratar uma companhia de outro país com dispensa de licitação e se outras empresas foram consultadas. Por meio de nota, a estatal informou que se trata de um “fornecedor que detém a expertise desta usina” e que a planta “opera com alto teor de cinzas”. Sobre o valor do contrato, a Eletrobrás declarou que o custo “foi avaliado através de análise de razoabilidade de preços baseada em propostas de fornecedores similares, para efeito comparativo com os preços dos equipamentos originais que foram projetados para esta usina”. Quanto ao financiamento chinês, a estatal lembrou que o BNDES acabou com o apoio às térmicas a carvão e óleo.

A decisão foi anunciada pelo banco em outubro de 2016. A reforma geral da usina, conhecida no setor pelo jargão de “overhaul”, está programada para ser feita até o fim deste ano. Política. Representantes do setor de carvão esperam que o BNDES reveja sua política de financiamento, para que volte a bancar ao

menos a renovação de projetos que estão em andamento. Nas contas da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), há cerca de 1,3 mil megawatts de geração que podem ser alvos desses projetos, envolvendo investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões. “O apoio do BNDES é vital para o setor. Temos demonstrado ao banco a relevância dessa parceria”, disse o presidente da ABCM, Fernando Luiz Zancan.

O assunto foi tema de uma reunião recente entre agentes do setor e representantes do banco. Perguntado sobre o assunto, o BNDES confirmou que recebeu uma delegação de empresas ligadas à produção de carvão mineral, além de representantes da própria ABCM, solicitando que o banco volte a financiar usinas termelétricas a carvão mineral. “Porém, atualmente esse investimento não é financiável, de acordo com as políticas operacionais do BNDES”, declarou. Sobre a criação de um programa de apoio à renovação desses projetos, o banco foi taxativo ao declarar que, “no momento, o BNDES não avalia isso”. A energia a carvão, considerada mais poluente, vem perdendo espaço em todo o mundo. No mês passado, o presidente da estatal norueguesa Statkraft, Christian Rynning-Toennesen, disse esperar uma transição mais rápida para energias renováveis no mundo, uma vez que o custo de novas usinas solares e eólicas deverá cair e se tornar mais baixo que a geração a carvão na próxima década, mesmo sem subsídios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Decisão judicial resolverá dívida bilionária, diz CCEE

Mercado Aberto

Se não houver uma reviravolta jurídica até março, o problema das geradoras de energia que deixam de pagar o que devem por causa do deficit hídrico deverá caminhar para uma definição.

Quem afirma é Rui Altieri, presidente do conselho de administração da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Na semana anterior ao Carnaval, uma desembargadora da Justiça Federal tomou uma decisão que, na prática, vai obrigar as geradoras a resolver suas dívidas, ele diz.

Há cerca de R\$ 6 bilhões a quitar de usinas que conseguiram liminares para não pagar débitos relativos à liquidação de diferenças entre o potencial de geração e o que, de fato, entregaram de energia nos últimos anos.

Em março acontece a primeira liquidação (ou seja, os acertos financeiros) entre vendedores e compradores desde a decisão da Justiça.

Essa dívida bilionária deve ser reduzida significativamente, mas a CCEE não antecipa em quanto, diz Altieri.

“Tem credores veem 10% do que têm a receber que há 15 meses. É insustentável. As usinas de biomassa, como ca-na-de-açúcar, compram energia fora da safra, e pagam corretamente. Quando vendem, levam só esses IO^o.”

Parte desses devedores devem pedir à Aneel para parcelar suas dívidas.

“Alguns terão caixa. Eles afirmaram em conversas que provisionaram os valores, porque sabiam da possibilidade de terem que pagar.”

Esse montante bilionário se originou porque o regime hídrico dos últimos quatro anos foi ruim, diz ele.

A privatização das distribuidoras da Eletrobrás também deverá ajudar, mas em um prazo mais distante.

Isso porque, mal administradas, algumas delas ficaram inadimplentes.

MARCO REGULATÓRIO

O Ministério de Minas e Energia encaminhou um projeto de lei que propõe uma compensação às geradoras pelos valores que elas deixaram de pagar em decorrência de fatores não hidrológicos.

No texto há uma liberalização maior do mercado livre, que deverá ocorrer até 2026.

Consumidores com cargas menores poderão aderir. Os clientes de baixa tensão, porém, ainda estarão fora.

“Os comercializadores querem uma liberação mais forte, mas eu acho esse cronograma seguro. Seria ruim tentar dar um passo maior e capotar na frente”, diz, refe-rindo-se à ideia de incluir todos no mercado livre.

CHOVE CHUVA

Este ano deverá ser o melhor para os reservatórios desde 2012, segundo Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE.

“Nossa expectativa é que novembro, o mês mais crítico, esteja com o mesmo nível de armazenamento de hoje, o que é muito bom.”

Isso, em conjunto com uma possível solução para a judicialização, deverá fazer o valor de liquidação de diferenças, hoje na casa dos R\$ 2 bilhões ao mês, diminuir.

“Vai haver uma grande redução, o que é saudável.”

Haverá ainda sobreoferta de energia, ele afirma. Com a crise econômica, não houve demanda para toda capacidade instalada.

“Em 2017, o mercado retomou o consumo de 2014. Levará de dois a três anos para se aproximar do limite.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Trump considera impor tarifas à importação de aço e alumínio

Presidente diz que dumpings de outros países ‘penaliza injustamente’ os produtos americanos

Senadores republicanos alertam que medidas poderiam prejudicar a indústria dos EUA e gerar perda de emprego

O presidente americano, Donald Trump, disse nesta terça-feira (13) que considera uma série de opções envolvendo importações de alumínio e aço, incluindo a imposição de tarifas ou de cotas.

O objetivo, diz, seria prevenir o que ele chama de dum-ping (venda de bens a preço abaixo do seu justo valor) de muitos países que estaria “penalizando injustamente” os produtores americanos.

Os alvos seriam seus principais parceiros comerciais, em especial China, Japão e Coreia do Sul, “países que se aproveitam dos Estados Unidos”, afirmou o americano em encontro com grupos bi-partidários de senadores e deputados americanos. Alguns deles o apoiaram; outros alertaram para o impacto sobre produtores americanos.

“Parte das opções seriam tarifas. Enquanto eles praticam dumping em aço, pagariam tarifas substanciais, o que significa que os Estados Unidos ganhariam muito dinheiro”, disse Trump. “Quero manter preços baixos, mas quero garantir que nós tenhamos uma indústria do aço.”

Em resposta, legisladores republicanos afirmaram que as medidas poderiam elevar os preços de metais e custar aos EUA empregos indústrias como as automobilísticas.

“Esse caso chama retaliações”, disse a Trump o senador republicano Pat Toomey. O também republicano Mike Lee disse que restrições poderiam gerar perdas de emprego, por causa da dependência que a indústria americana tem de aço.

Alexander Lamar, outro senador republicano, lembrou que o ex-presidente George W. Bush tentou algo parecido em 2002, quando impôs tarifas sobre o aço que acabaram aumentando o preço do metal e provocaram a saída de montadoras dos EUA.

CHINA

Especialistas acusam a China, maior compradora global de aço, de criar excesso de capacidade da commodity, o que derruba os preços globais do produto.

Se de um lado o mercado chinês precisa criar 25 milhões de postos de trabalho por ano, o americano precisa recuperar a indústria local, como prometido por Trump. Com as declarações, ele dá um claro alerta sobre o aumento de tensão comercial com os chineses.

O presidente americano recebeu, no mês passado, dois relatórios do Departamento de Comércio sobre supostos subsídios chineses para exportações de aço e alumínio —cujas conclusões não foram publicadas. O governo ainda tem dois meses para decidir sobre possíveis retaliações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Governo briga contra o tempo para aprovar ações no setor elétrico

Há no setor de energia um misto de ânimo e apreensão. As mudanças conduzidas pelo **Ministério das Minas e Energia (MME)** animam o setor, mas ao

mesmo tempo há apreensão com a saída do ministro Fernando Coelho Filho, para disputar as eleições, e apreensão sobre o desfecho de importantes marcos para o setor. O envio ao Congresso do projeto de lei de privatização da Eletrobrás, no mês passado, e da minuta do projeto de lei sobre a reforma do marco legal do setor elétrico à Presidência, na última sexta, são vistos como grandes avanços, mas executivos e especialistas ouvidos pelo **Valor** ainda estão céticos quanto à aprovação no Congresso no primeiro semestre, como quer o governo.

A saída do ministro, até o início de abril, para disputar em outubro uma vaga na Câmara de Deputados o governo de Pernambuco é o principal motivo da preocupação do setor hoje. Coelho conseguiu avançar em temas caros ao mercado, que agora teme pela conclusão do processo. Um outro temor vem da frustração, até agora, das tentativas de encontrar uma solução para acabar com a judicialização do déficit de geração hídrica (medido pelo GSF, na sigla em inglês).

No Ministério de Minas e Energia, o clima é de trabalho intenso para que todas as reformas possam ser ao menos iniciadas até abril, "com o entendimento de que, depois disso, o ciclo será esgotado", disse uma fonte ao **Valor**. "As coisas estão sendo mais difíceis do que havíamos antecipado, houve muita demora na estrutura interna. O nível de convicção ficou 'rarefeito' em alguns momentos. Mas isso é natural em um processo como esse, em que há enfrentamento político, e o governo está alinhado com grande convergência em relação à privatização da Eletrobrás e da reforma do setor", completou.

O material da reforma do setor, que foi tornado público na sexta-feira, acabou levando mais tempo do que o previsto para ser elaborado, devido à complexidade das mudanças propostas. Segundo uma fonte da equipe energética do governo, a frustração com a demora também chegou ao MME, mas os envolvidos em sua elaboração insistiram por considerarem que é "fundamental para a sustentabilidade do setor."

"Esse é um passo importante para a modernização do setor elétrico, construído dentro de um processo de diálogo com os agentes", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). "Estou muito otimista sobre a aprovação, visto que é uma pauta de eficiência, melhoria de ambiente de investimentos e coerente com as demais reformas lideradas pelo MME e pelo governo de forma geral".

Além da privatização da Eletrobrás e da reforma do setor, a equipe atual do ministério deve deixar também encaminhados os próximos leilões de geração e transmissão de energia. No último dia antes da possível desincompatibilização de Coelho Filho, 4 de abril, acontecerá um certame do tipo A-4, com

contratação de projetos de geração para 2022. A ideia é que já fiquem marcados os leilões A-6 e de transmissão, assim como o leilão de privatização das distribuidoras da Eletrobrás, previsto para abril.

Ainda que a equipe atual esteja trabalhando para deixar todos os processos encaminhados, há um temor entre os agentes do setor de que a próxima composição do ministério possa não ser capaz de levar tudo adiante. "Mesmo assim, as propostas vão ficar na pauta do próximo governo. Talvez pela primeira vez vamos ver uma campanha eleitoral onde a indústria de energia terá uma agenda que é consenso no mercado", disse uma fonte do ministério. Para Reynaldo Passanezi, presidente da transmissora ISA Cteep, o ministro está fazendo muitas mudanças necessárias. "Ele representa uma mudança de rota no país."

Lucas Rodrigues, analista de mercado do grupo Safira Energia, também se mostra favorável ao cenário de mudanças no setor elétrico. "O PL da privatização tem toda uma importância pelo fato de a Eletrobrás não performar por alguns anos, por intervenções governamentais ou má gestão técnica", afirmou.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, o mercado está preocupado com relação à dificuldade que o governo possa enfrentar no Congresso para aprovar os projetos. "Há sinais de arrefecimento no ímpeto do governo para resolver questões importantes", afirmou. "Exemplo disso é a MP 814. Ela originalmente equacionaria um dos maiores problemas do setor [o GSF]. E isso deixou de ser considerado no texto promulgado [em 2017]".

O maior problema não deve ser a aprovação na Câmara, uma vez que o presidente Rodrigo Maia já se comprometeu a votar o PL até abril. O Senado, porém, pode ser um obstáculo maior.

"O governo tem tido grande dificuldade de passar [no Congresso] uma série de medidas para o setor. Começou com uma perspectiva de uma reforma ampla. Recebeu inúmeras contribuições. Mas teve que reduzir a agenda dentro da perspectiva do possível para algumas coisas mais fundamentais. E mesmo essas coisas fundamentais [GSF] hoje também estão sofrendo com a agenda legislativa e dificuldades diversas", disse o executivo de uma grande empresa do setor.

Daniel do Valle, sócio especialista no setor de energia do escritório ASBZ Advogados, diz que tanto o projeto de lei de privatização da Eletrobrás quanto o da reforma do setor têm grande probabilidade de serem votados ainda este ano. "Ambas as medidas buscam possibilitar que o setor elétrico se desenvolva."

De acordo com outra fonte do setor, para o mercado de energia elétrica, a aprovação do projeto de lei sobre a reforma do marco legal é mais importante e, ao mesmo tempo, mais simples, que o aval do Congresso para projeto de privatização da Eletrobrás. Em sua opinião, porém, o governo vai dar prioridade à desestatização da companhia, por motivos políticos e fiscais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Camila Maia, Rodrigo Polito e Rafael Bitencourt | De São Paulo, Rio e Brasília

Título: Novo marco legal traz solução para risco hidrológico

A solução para a guerra judicial referente ao déficit de geração hídrica (GSF, na sigla em inglês) veio dois dias depois do governo ter uma importante vitória e conseguir derrubar a liminar mais significativa sobre o tema.

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou na sexta-feira o resultado da consulta pública 33, que tratou do aprimoramento do marco legal do setor elétrico, e resultou numa minuta de um projeto de lei. O texto cumpriu o prometido e veio como esperado pelo mercado, não fosse a demora na sua publicação.

Além de antecipar o cronograma de abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores, a minuta de projeto de lei traz a aguardada solução para a judicialização do GSF, ao expurgar da sigla aquilo que não é "risco hidrológico."

A proposta é retirar do GSF a geração fora da ordem de mérito (quando termelétricas mais caras são acionadas para garantir a segurança do sistema), a antecipação da garantia física de projetos estruturantes (hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio) e a restrição de escoamento desses projetos em função de atrasos. Eles seriam retirados de forma prospectiva e também com efeitos retroativos a 2017.

A minuta propõe que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcule a diferença entre a garantia física realmente disponível no sistema e a considerada no GSF, para calcular o déficit correto, desde 2013, considerando também o preço de energia no mercado de curto prazo no período em que a diferença persistir. Em troca, as hidrelétricas terão extensões de concessão, limitadas a sete anos, de forma proporcional ao que será expurgado do déficit hídrico.

Segundo uma fonte da equipe energética do governo, porém, será difícil manter os efeitos retroativos da medida quando esta passar pelo Congresso, especialmente depois que a maior liminar do GSF caiu, colocando os geradores em uma posição mais frágil.

Outra questão muito aguardada no resultado da consulta pública era a antecipação da abertura do mercado livre de 2028 para 2026. Agora, o limite de migração, atualmente de consumo de 3 megawatts (MW), vai passar para 2 MW em 2020 e 1 MW em 2021. As reduções vão seguir até 2026, quando não haverá carga mínima, desde que os consumidores tenham tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV). Os consumidores residenciais são atendidos por tensão inferior a esse patamar.

Para resolver essa questão, o texto prevê que, até dezembro de 2022, o MME vai apresentar um plano para extinguir esse limite de tensão, abrindo a possibilidade de uma liberação integral do mercado livre de energia.

Segundo o MME, o ministro Fernando Coelho Filho já encaminhou à Presidência a proposta de projeto de lei. Depois de analisado, o texto será encaminhado ao Congresso. A consulta pública teve mais de 2 mil interações e recebeu 209 contribuições.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Dois cenários para a troca do ministro

Existem pelo menos dois cenários para o **Ministério de Minas e Energia** a partir de abril, quando está prevista a saída de **Fernando Coelho Filho** para disputar o governo de Pernambuco ou tentar a reeleição à Câmara. Até lá, já se espera que as principais proposições da equipe energética do governo, como a privatização da Eletrobrás e a reforma do setor elétrico, estejam em discussão no Congresso.

O primeiro cenário seria a substituição de Coelho Filho por um dos secretários da pasta. Segundo uma fonte do governo, "qualquer um dos secretários seria habilitado para isso". Entre os nomes cogitados estão Paulo Pedrosa (secretário-executivo), Márcio Félix (Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e Fábio Alves (Energia Elétrica). Também foi cogitado para o cargo o nome de Luiz Augusto Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Investidores e analistas demonstram preferência pelo nome de Pedrosa, por ele ter sido muito bem-sucedido ao exercer o papel de secretário-executivo.

Segundo um executivo de uma grande empresa, "seria ideal que o ministério não perdesse o viés técnico" que a equipe atual tem.

O segundo cenário prevê que o substituto de Coelho Filho seja um político indicado pelo presidente Michel Temer. Por ser uma pasta importante, sob a qual ficam duas grandes estatais - Petrobras e Eletrobrás -, existe a expectativa que o cargo possa virar moeda de troca para que o governo tenha apoio em outras pautas no Congresso, como a reforma da Previdência.

Nesse caso, existe o risco de a atual equipe energética do governo deixar a pasta, caso o substituto não garanta o suporte político necessário. O maior risco, nesse cenário, é que parte das medidas sendo implementadas possa não sair do papel. É um consenso no setor de que Coelho Filho tem sido essencial para conseguir o avanço político das reformas do setor.

Na opinião de um executivo de empresa do setor, ouvido sob a condição de anonimato, vai ser difícil para Temer encontrar um nome para a pasta levando em conta que será um mandato de apenas nove meses. "Precisaria ser um político que não vai se candidatar à reeleição", disse.

Nomes próximos do setor, como o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) e o deputado Fábio Garcia (DEM-MT), por exemplo, seriam improváveis, uma vez que ambos devem se candidatar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Rafael Bitencourt | Do Rio, São Paulo e Brasília

Título: Aneel inicia ano com apenas três diretores e a pauta cheia

Enquanto a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) passou nos últimos dois anos por um processo de renovação de vagas, o colegiado de sua "irmã", a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), está desde meados de janeiro com apenas três ocupantes, quórum mínimo para deliberação e aprovação de qualquer medida.

A vacância na diretoria da autarquia do setor elétrico ocorre em um momento que há extensa e relevante pauta de decisões, como a nova taxa de remuneração para as distribuidoras e a repactuação do risco hidrológico.

Segundo André Pepitone, diretor da Aneel, além da taxa de remuneração para as distribuidoras, a autarquia discute no momento o mesmo indicador para as geradoras que operam sob o regime de cotas e as linhas de transmissão.

"A taxa de remuneração é o assunto mais sensível do ponto de vista regulatório", afirmou Pepitone, ressaltando que o fato de haver atualmente apenas três diretores afeta a discussão dos temas, já que, pela legislação, é necessária o voto favorável de três diretores para que um determinado tema seja aprovado na agência.

O mandato de Reive Barros na diretoria da Aneel terminou em 14 de janeiro, deixando o corpo diretivo com apenas três integrantes, já que José Jurhosa Junior havia deixado a diretoria em outubro do ano passado. Para o lugar de Jurhosa, o presidente Michel Temer indicou Rodrigo Limp, consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Ele, porém, ainda não foi sabatinado pelo Senado, etapa necessária para tomar posse no cargo.

Para a outra vaga, a disputa ainda está aberta. O nome com maior força é o de Sandoval Feitosa Neto, superintendente de fiscalização dos serviços de eletricidade da Aneel. O mercado, porém, tenta emplacar um nome ligado à indústria. O principal nome entre as empresas e instituições é o de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Um fato interessante é que, considerando desde a saída de Jurhosa no ano passado até os três mandatos que vão se encerrar em agosto (Pepitone, Romeu Rufino e Tiago Correia), Temer vai escolher os cinco diretores que vão permanecer à frente da agência pelos próximos quatro anos, independentemente de quem vença a eleição em outubro. A depender da escolha, os cinco diretores podem ter o mesmo viés ideológico de Temer.

"Esperamos que a nova composição da diretoria da Aneel tenha uma presença maior do setor privado, com uma equipe que enxergue vários pontos de vista. Hoje, não há representantes do setor privado", afirmou ao **Valor** o presidente da transmissora ISA Cteep, Reynaldo Passanezi.

Para Ashley Brown, especialista internacional em regulação de infraestrutura e diretor-executivo do Harvard Electricity Policy Group (HEPG), a indicação de um nome do mercado para a diretoria de um órgão regulador não tem relação direta com a necessidade de independência da agência. Segundo ele, do ponto de vista ético, um diretor que tenha vindo do setor privado teria que se declarar impedido de votar em muitos itens, por conflitos de interesse.

Brown considera que um candidato à diretoria da agência deve ter como características inteligência, rápido aprendizado, currículo relevante, visões macro e microssetorial e ser sofisticado politicamente para a tomada das decisões, mas não político.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti | De São Paulo****Título: Odebrecht busca fôlego de até R\$ 3,5 bilhões para enfrentar 2018**

A Odebrecht (ODB) começou a conversar com bancos comerciais nacionais com objetivo de obter entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3,5 bilhões para fazer frente a compromissos financeiros e de projetos. E, com isso, conseguir algum fôlego para passar o ano. As próximas semanas devem ser decisivas nessa negociação.

O **Valor** apurou que há duas frentes de trabalho em curso e que, em breve, elas tendem a se unir. Ambos os diálogos tem por base a estrutura financeira atual, em que ações da controlada Braskem servem de garantia para empréstimos que somam R\$ 7 bilhões. Os dividendos desses papéis ficam também com os bancos, como rendimento dos créditos, e não chegam à holding do grupo - a ODB.

No início do ano passado, a participação detida na Braskem valia R\$ 9,5 bilhões. Esse montante subiu para R\$ 14,5 bilhões. O ganho abriu uma folga expressiva na cobertura e é em cima dela que a Odebrecht quer mais recursos.

Valorização do ativo petroquímico foi a única grande notícia boa para grupo, que ainda sofre impactos da Lava-Jato

O grupo tem pela frente R\$ 1,2 bilhão em vencimentos da construtora e diversos compromissos com projetos para honrar.

A despeito da pressão no curto prazo, fonte que acompanha o assunto afirma que, no momento, a perspectiva de solução é boa. "O grupo tem demonstrado que está se esforçando para conduzir tudo com respeito aos credores."

Em nota, a ODB afirmou ao **Valor** que vem negociando formas para enfrentar, neste ano, o que considera "seus últimos desafios financeiros", após a reestruturação das dívidas de R\$ 11 bilhões da Atvos (antiga Agroindustrial) e de US\$ 5 bilhões da Ocyan (ex-Odebrecht Óleo e Gás) nos dois últimos anos.

A valorização da Braskem foi o único fato relevante positivo para o grupo em 2017. Contudo, o aumento do valor da petroquímica na bolsa não significa dinheiro para as companhias. Daí a necessidade dessa conversa com os bancos. A Odebrecht detém 38% da empresa. Essa fatia é 60% detida pela holding ODB e 40% pela Odebrecht Engenharia e Construção.

As entradas de recursos que o grupo contava que aconteceriam no ano passado, além da obtenção de R\$ 2,5 bilhões pela venda da Odebrecht Ambiental, não se concretizaram. Havia grande expectativa de que fosse fechada a alienação da hidrelétrica Santo Antonio Energia, sociedade com Andrade Gutierrez e a estatal mineira Cemig, numa transação bilionária.

Além disso, nenhum centavo da venda da hidrelétrica de Chaglla, no Peru, chegou aos cofres do grupo devido à falta de acordo com o governo peruano. Isso é necessário por causa das denúncias de corrupção locais, que vieram à tona após a assinatura do acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ). O negócio traria US\$ 1,4 bilhão ao grupo e permitiria a quitação de US\$ 1,2 bilhão em compromissos ligados ao ativo.

O plano previa que a diferença ficasse depositada para o governo do Peru, até um acordo. As conversas com o Estado, porém, não só estão paralisadas como o cenário político é bastante complexo. Sobre isso, a companhia informou que "aguarda a autorização do governo peruano para a finalização do negócio".

A frustração nas expectativas de entrada de recursos novos somou-se à continuidade no aperto da Odebrecht Engenharia e Construção (OEC). Só nos primeiros nove meses de 2017, a construtora consumiu metade de seu caixa, fazendo a posição cair para pouco mais de R\$ 2 bilhões ao fim de setembro. O volume é considerado apertado só para tocar a operação. Fica tudo pior com os vencimentos financeiros. Sem dinheiro novo, a construtora sozinha não fecha a conta.

Simultaneamente aos ajustes de governança e custo pelos quais a OEC passa, a Odebrecht decidiu há cerca de um ano procurar um sócio para capitalizar a controlada, que esteve no coração das denúncias da Operação Lava-Jato. Mas até agora nada de concreto ocorreu. Pessoas que acompanham o tema afirmam que é muito difícil qualquer movimento avançar antes que esteja resolvida a questão da inidoneidade, em trâmite no Tribunal de Contas da União (TCU).

De tudo que OEC precisa desembolsar no ano, o que mais preocupa são R\$ 500 milhões em bônus internacionais. Os papéis têm garantia da ODB. Qualquer problema com esse débito pode trazer consequências sérias ao grupo, com antecipação de vencimentos.

Além dos esforços da holding, a OEC também tenta destravar recursos. A empresa afirma trabalhar "na liquidez dos seus recebíveis e na liberação dos financiamentos já contratados para fazer face a essa obrigação".

O último balanço publicado pela ODB é de 2015. É difícil estimar em quanto está o endividamento consolidado. No começo do ano passado, a holding tinha R\$

93 bilhões em dívida bruta, para R\$ 17 bilhões em caixa (R\$ 8 bilhões de Braskem e R\$ 4 bilhões de OEC).

A Odebrecht disse, em nota, que considera ter feito "importantes avanços nos últimos dois anos" e acredita que "a trajetória de reestruturação empresarial a levará em breve à retomada do crescimento". **(Colaborou Ivo Ribeiro)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Há estudo para futura venda de ações de Braskem

A valorização de Braskem ao longo do ano passado, que levou a companhia a ser avaliada em R\$ 40 bilhões em bolsa, e o aperto financeiro do grupo fazem a Odebrecht admitir a interlocutores que pode vender uma parcela das ações que detém na controlada petroquímica. Isso seria feito após a oferta global de venda da participação da sócia Petrobras.

Desde que a Operação Lava-Jato estourou, a Odebrecht recorrentemente enfatiza não ter planos de se desfazer de sua participação na petroquímica. Formalmente, o grupo sustenta que não tem interesse na venda. A Braskem tornou-se o pilar financeiro da organização desde a crise na construtora.

Os acontecimentos de 2017, porém, trouxeram uma visível flexibilização no discurso de sempre, conforme diversos interlocutores do grupo a par do assunto.

A Braskem é controlada por Odebrecht e Petrobras por meio de um acordo de acionistas que deve deixar de existir em caso de sucesso dos planos das sócias. As sócias trabalham a todo vapor para fazer uma megaoferta global da Braskem - lançar até a março e concretizar até julho. Nela, a Petrobras vende sua posição, que é de 36%.

A aposta da Odebrecht é que todos esses movimentos societários devem fazer com que o valor de mercado fique ainda maior. Tudo isso confirmado - oferta global e valorização -, a companhia estudará em detalhes uma possível venda de parte de sua posição, de 38% do capital total. Quando a Lava-Jato atingiu o grupo, com a prisão de Marcelo Odebrecht em junho de 2015, essa participação não valia nem R\$ 4 bilhões na bolsa. Hoje, supera R\$ 14 bilhões.

Se a oferta planejada sair, será mais simples, do ponto de vista societário, para a Odebrecht vender só parte das ações. A petroquímica deve se transformar em um ativo mais líquido e a posição do grupo não estará amarrada a nenhum

sócio. A ODB será controladora minoritária da empresa. A questão principal será o equilíbrio entre não perder a posição de poder e monetizar parte do valor do ativo.

Atualmente, as ações detidas da petroquímica estão todas presas em garantias bancárias para empréstimos de R\$ 7 bilhões. Para qualquer transação, é preciso antes negociar com as instituições credoras. De comum acordo com elas, a Odebrecht pode vender parte desses papéis e usar para amortizar os compromissos cobertos.

A partir do atual patamar de Braskem, a Odebrecht deverá avaliar de perto a equação de quando o negócio vale mais - se à vista (vendendo em mercado) ou à prazo (para alavancar o grupo em estruturas financeiras). A conclusão dessa matemática será sempre influenciada pela situação de liquidez do grupo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Lucro da Raízen cai

A Raízen, joint venture entre Shell e Cosan nas áreas de produção de açúcar e etanol, cogeração de energia e distribuição de combustíveis, teve lucro líquido atribuível aos controladores de R\$ 612,6 milhões no terceiro trimestre da safra 2017/2018. Foi uma queda de 40,5% na base anual. O balanço saiu na sexta-feira. O desempenho foi pressionado pela piora do resultado operacional tanto na Raízen Energia, braço sucroalcooleiro da companhia, quanto na Raízen Combustíveis. A receita líquida consolidada totalizou R\$ 22,15 bilhões, alta de 7,9% na comparação anual. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 18,1% no trimestre, a R\$ 1,69 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Após anos de crise, siderurgia pode iniciar novo ciclo

O cenário para as siderúrgicas brasileiras não era tão bom desde a crise mundial de 2008 e as estimativas apontam para o melhor resultado operacional da década, afirmam analistas. A retomada da demanda, juntamente com a recuperação da economia do país e o maior poder de formação de preços,

aliados aos esforços de contenção de custos, alimentam o otimismo do mercado.

O **Valor** consultou as previsões de Bank of America Merrill Lynch (BofA), BTG Pactual, Credit Suisse, Goldman Sachs e J.P. Morgan para os balanços de 2018 de Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Usiminas, e elas apontam para uma receita líquida conjunta de R\$ 72 bilhões. Desde 2011, o ano em que o setor mais se aproximou da marca foi em 2014, com R\$ 70,41 bilhões.

A média das projeções para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) é de R\$ 13,09 bilhões, próximo aos R\$ 12,38 bilhões de 2011, início da década. O desempenho não é tão forte em comparação após a linha financeira, entretanto, já que o resultado líquido esperado é de R\$ 2,87 bilhões. Em 2011, último exercício em que foi tão alto, bateu os R\$ 6,17 bilhões.

"A demanda por aços planos e longos tem potencial para crescer acima do PIB [Produto Interno Bruto] neste ano", comenta Rodolfo de Angele, analista do J. P. Morgan, em entrevista. Essa expectativa de elasticidade sobre a economia já tem animado os investidores desde o ano passado. O valor de mercado das três companhias cresceu 40% desde o início do segundo semestre até sexta-feira (*ver infográfico ao lado*).

No lado operacional, 2017 foi o ano do início da retomada para aços planos, especialidade de Usiminas - maior do país - e CSN - segunda colocada -, apesar de o segmento de longos, dominado pela Gerdau, ainda sofrer. Segundo o Instituto Aço Brasil, as vendas de laminados planos pelas usinas subiram 5,8% no ano passado, para 9,94 milhões de toneladas. As vendas de longos, por sua vez, caíram 2,6%, para 6,64 milhões de toneladas.

Em 2018, as apostas são de crescimento generalizado do consumo, que pode até mesmo atingir 8%. A produção de veículos deve continuar subindo, agora com mais sustentação do mercado interno, e até mesmo a construção tem boas perspectivas - mais no segundo semestre. A ArcelorMittal, maior grupo siderúrgico do mundo, enxerga alta de 6,5% a 7,5% na demanda por aço.

"O investidor é bastante curto-prazista, mesmo com o cenário se desenhando mais benigno para aços longos, planos continuam com avaliação melhor do mercado", comenta Marco Saravalle, analista da XP Investimentos. "Talvez longos comecem a reagir mais forte em 2019."

Mas o otimismo já é palpável. Depois de um longo período, de quase dois anos, com a Gerdau dominando as preferências de recomendação dos bancos, alguns, como o BofA, já elevaram a Usiminas ao mesmo patamar. Poucos analistas se

arriscam a recomendar a venda de ações do setor, até mesmo da CSN, sobre a qual pesa o maior risco por conta de sua alta alavancagem.

Em relatório no fim do mês passado, o BTG Pactual fez um esforço para medir se os ventos soprando para as empresas eram fortes o suficiente para sustentar o bom momento no mercado financeiro. Ao menos as ações de Gerdau e Usiminas embutiam em seu preço um avanço acima de 30% do Ebitda, ante o patamar que deve fechar 2017. "A taxa de crescimento implícito pode ser superada", disse o banco.

A CSN, mesmo com seu alto endividamento, entrega boas notícias. Assinou a rolagem de dívidas com o Banco do Brasil e espera fazer o mesmo em breve com a Caixa Econômica Federal. Segundo fontes, está próxima de vender um ativo "de valor relevante". No caso da Usiminas, o mesmo, ainda mais depois que seus controladores entraram em acordo e encerraram um conflito de quase cinco anos. A Gerdau segue agradando pelo conservadorismo financeiro.

"Em média, para o perfil de nossos clientes, estamos recomendando mais Usiminas. Mas ela e a CSN provavelmente vão continuar surfando esse momento de melhora operacional", afirma Saravalle, da XP. "A CSN tem dado mais argumentos para justificar a recomendação e a Gerdau pode ainda se beneficiar de um futuro plano de infraestrutura nos Estados Unidos."

Angele, do J.P., crê que o ciclo atual favorece a CSN e sua geração de resultados pode favorecer os refinanciamentos que ainda faltam. Considerando as três companhias, ele ainda projeta um preço médio de aço maior neste ano do que em 2017.

Na sexta-feira, a Usiminas divulgou resultado do quarto trimestre que foi bem aceito pelos investidores. A empresa reduziu prejuízo líquido em 77% na comparação anual, para R\$ 49,9 milhões, elevou a receita em 45%, para R\$ 3,08 bilhões, e o Ebitda ajustado subiu 92,4%, para R\$ 450,4 milhões. A julgar pela expectativa de alta nas vendas e nos preços em 2018, e a intenção de reduzir a dívida, deverá também mitigar sua alavancagem. A empresa ainda espera elevar as exportações de minério de ferro para reforçar o balanço.

"Na siderurgia, acredito que é o ano com melhor perspectiva desde 2008", crava Angele. "Se olharmos, talvez, desde a crise de 2008, não tivemos um momento de melhor visibilidade do setor."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro e Renato Rostás | De São Paulo****Título: Nippon Steel quer aumento da lucratividade na Usiminas**

Após firmar novo acordo de gestão e de acionistas da Usiminas, o grupo japonês Nippon Steel & Sumitomo, acionista do bloco de controle, declarou que a prioridade é fazer com que a Usiminas aumente a sua lucratividade. "A Nippon não está satisfeita com os resultados que a empresa vem apresentando", disse, em entrevista ao **Valor**, o diretor executivo para Américas e Projeto Usiminas, Kazuhiro Egawa.

Na quinta-feira, a Nippon Steel e a sócia Ternium, que dividem o controle da Usiminas, anunciaram um compromisso, com novas regras, para pôr fim às divergências sobre a gestão da empresa. O conflito societário começou no início de 2013 e foi alvo de ações de acusações de ambas as acionistas na Justiça de Minas Gerais. O grupo ítalo-argentino Techint entrou no capital da Usiminas em janeiro de 2012.

"Daqui para a frente, vamos focar no melhor para Usiminas", disse Egawa. O executivo chegou ao Brasil dez meses atrás com a missão de negociar um armistício entre os dois sócios - em pé de guerra. "Creio que cumprimos parte disso com o acordo, após meses de discussões. Agora, vamos esquecer cinco anos de brigas e iniciar novo caminho." Ele lembrou que Nippon e Techint já tiveram boas relações no passado, quando o grupo japonês fornecia matéria-prima a uma siderúrgica na Argentina.

O objetivo de ambos os sócios, afirmou, é melhorar a Usiminas e torná-la mais forte. "Já estamos iniciando a discussão do plano plurianual, vendo os investimentos necessários para fazer a empresa crescer", afirmou Egawa.

Ele destacou que a Nippon Steel não tem interesse em sair da Usiminas e que pretende permanecer no controle da siderúrgica. "Não temos intenção de usar um dispositivo de saída da empresa", afirmou, referindo-se à cláusula negociada no acordo que pode ser usada daqui quatro anos e meio e que era pleito da Ternium.

Pelo acordo, que fixou também alternância na gestão - reivindicação da Nippon -, a acionista japonesa indica o novo presidente do conselho, que será apresentado na assembleia de acionistas, em 25 de abril. E terá direito a nomear três diretores vice-presidentes.

A Ternium, igualmente. Indica o presidente - mantendo Sérgio Leite, por mais dois anos -, e dois outros vice-presidentes. Além do CEO, os cargos são: financeiro, comercial, industrial, planejamento estratégico e tecnologia.

Egawa informou que as vice-presidências de cada sócio já estão definidas mas que ainda não podem ser divulgadas, pois as nomeações - com manutenção ou substituição de executivos - só vão ser definidas em reunião do conselho prevista para maio.

O **Valor** apurou que, além do CEO e do Chairman, o rodízio na gestão também valerá para escolha dos ocupantes das vice-presidências ao fim de quatro anos. Dessa forma, as posições de uma e outra deverão se inverter. Essa dinâmica funcionará até 2031, fim do atual acordo de acionistas.

O mecanismo de retirada também tem regras específicas. Se uma das partes decidir sair ou retirar a outra, haverá a negociação de seis meses para se tentar chegar a denominador comum. Não havendo consenso, a oferta do lado que acionou a cláusula só poderá ser coberta caso o preço seja no mínimo 5% superior ao recebido.

Signatárias do atual acordo de acionistas, a Previdência Usiminas, a Metal One e a Mitsubishi devem permanecer no bloco de controle, ao lado de Nippon e Ternium.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Shell e Eni na Nigéria

As petroleiras anglo-holandesa Shell e a italiana Eni estão envolvidas em um escândalo de corrupção na Nigéria, acusadas de suborno para ter acesso a campos de petróleo do país, conforme agências internacionais. Procuradores italianos afirmam que o presidente da Eni, Claudio Descalzi, e executivos da Shell participaram de um esquema ilegal para conseguir acesso a campos de petróleo nigerianos. Em 2011, ambas adquiriram o direito de explorar uma área na costa da Nigéria. Segundo as autoridades, Descalzi se encontrou com o ex-ministro do petróleo do país Dan Etete há oito anos, quando ainda não comandava a Eni, para acertar o pagamento de US\$ 1,3 bilhão para operar no país. Eni e Shell negam irregularidades.

MME / ASCOM .